

## **A correspondência administrativa do governador-geral Francisco Barreto de Meneses (1657-1663)**

CAROLINE GARCIA MENDES\*

Este trabalho pretende apresentar as primeiras questões que surgem do projeto de mestrado denominado “As cartas como instrumento de governação da administração portuguesa: o governo-geral de Francisco Barreto (1657 e 1663)”. O projeto tem o intuito de sistematizar a correspondência do governador-geral Francisco Barreto e abordar os principais temas encontrados nestes documentos. Para tanto, convém discutir a importância da correspondência naquele período e a utilização das cartas na administração do governador-geral Francisco Barreto no Estado do Brasil.

### A importância da correspondência na administração portuguesa

A função clara da troca de cartas mesmo nos tempos atuais é a comunicação entre duas pessoas ou instituições que não estão próximas e tem a necessidade de, mesmo longe, informar ao outro. Para Raphael Bluteau, padre que escreveu um dicionário de língua portuguesa no início do século XVIII, a carta era um “papel escrito a pessoa ausente”<sup>1</sup>, o que não difere da nossa percepção atual. As cartas, porém, possuíam outros significados além do que entendemos hoje, tendo outras funções além de simplesmente comunicar algo. Para o historiador Fernando Bouza, a correspondência constituía uma forma de representação na distância tanto espacial como cronológica, até converter-se em cruzamento do oral, do visual e do escrito, a simbiose ideal das formas de comunicação a que aspirou a alta Idade Moderna (BOUZA, 2005, 11)<sup>2</sup>. Assim, levando a análise para o recorte temporal deste trabalho, entendemos o século XVII como possuidor de uma “cultura epistolar”, devido principalmente à dimensão social, política e econômica que o envio de correspondências alcançou naquele período (*Idem*). Para Bouza, tais documentos possuíam três significados e usos distintos: em primeiro

---

\* Mestranda em História Cultural Pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esta pesquisa conta com financiamento da FAPESP

<sup>1</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e Latino. Tomo II. 1712. p. 166. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>

<sup>2</sup> Para utilizarmos os trabalhos de Fernando Bouza neste artigo elaboramos traduções livres do espanhol.

lugar, eram um meio imprescindível no desempenho dos empregos nos serviços aos monarcas, em segundo foram um instrumento necessário para a gestão de seus patrimônios senhoriais e por fim serviram tanto para forjar relações de grupo como para dar sinais de sua distinta diferença estamental (BOUZA, 2005: 134).

De acordo ainda com Bouza, a monarquia hispânica se converteu num conjunto territorial que só era possível governar graças ao papel e a tinta, sendo que os nobres em exercício deveriam recorrer cada vez mais à utilização de cartas (*Idem*). Dessa forma, o vassalo poderia informar à corte e receber as ordens desta, através do que o autor chamou de “redes epistolares”, um tipo de relação através da correspondência e presente em todos os pontos da Monarquia. Mais do que isso, Bouza localizou um estilo característico epistolar que, com suas cortesias, fórmulas próximas à oralidade e usos particulares, tentou mudar o papel da sociabilidade aristocrática como um *hortus conclusus* fechado para muitos e aberto para poucos (*Ibidem*: 135). Assim, a mera troca de correspondências administrativas também possuía outras intenções que não somente o ato de administrar para o qual era inicialmente elaborada: as relações pessoais e públicas se intercalavam, no interior de uma sociedade que ainda não fazia essa diferenciação.

O manuscrito, segundo Bouza, teria sido eleito naquele período, devido às suas características especiais, para dar cumprimento a finalidades e objetivos que nem as imagens nem as vozes e tampouco os impressos pareciam poder cumprir. Para ele, o manuscrito se apresentava como uma necessidade e uma opção na criação de um *ethos* aristocrático frente ao mundo comum dos letrados (BOUZA, 2001: 23). As historiadoras Leila Algranti e Ana Paula Megiani concordam com Bouza ao afirmar que não só as correspondências, mas sim registros manuscritos de todo o tipo “desempenharam um papel fundamental na transmissão de ideias, valores, normas, costumes e saberes entre as diferentes possessões ultramarinas (...)” (ALGRANTI & MEGIANI, 2009: 9). Para as autoras, é na época moderna que a palavra escrita começou a se firmar como meio de comunicação sobre o oral e o visual.

António Manuel Hespanha em *Às Vésperas do Leviathan* afirma que “foi a plena implantação da forma escrita que permitiu a manutenção de espaços políticos especialmente tão dispersos como os da coroa de Portugal ou, ainda mais, o da monarquia católica em que ela se integrou, de 1580 a 1640” (HESPANHA, 1994: 291).

Este autor denomina o império português como um “império ‘de papel’”, em que a correspondência substituía laços políticos mais efetivos. Hespanha afirma que a escrita fazia “falar os ausentes”, sendo que a consulta escrita prescindia a presença do seu autor. Além disso, a informação escrita permitia “*parcelizar* o conselho, dividir a informação, mantendo-a em sectores estanques, gerir facilmente o ‘segredo de Estado’” (*Idem*).

Ainda que estes documentos fossem utilizados pela Coroa para administrar, Pedro Cardim demonstra como o afeto e questões que vão além do caráter governativo estavam presentes nas correspondências daquele período. Cardim trata como o amor e a amizade, no passado, eram vividos de maneira muito diferente dos dias de hoje, afirmando que “durante a época moderna o amor e a amizade geraram laços sociais muito formalizados, instaurando mecanismos comportamentais que constringiam fortemente a conduta”(CARDIM, 1999: 22). Para este autor, a vida afetiva configurava não só o espaço familiar, mas estava presente fora do âmbito doméstico, condicionando inclusive “o governo político e a linha de conduta que o rei e os seus principais ministros deviam seguir”(Ibidem: 39). A troca de correspondências, dessa forma, era uma das maneiras de exteriorizar o afeto presente naquela sociedade, sendo, segundo o autor, uma prática “mais ou menos ritualizada” (*Ibidem*: 42). Este tema também será tratado no decorrer do texto.

#### A correspondência no interior do Estado do Brasil

O que se propõe nesta pesquisa é algo semelhante ao feito por Marília Nogueira dos Santos acerca da correspondência do governador-geral Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho (SANTOS: 2007). Num trabalho minucioso, Santos analisa a correspondência deste governador tanto para o reino como para as demais capitânicas do Estado do Brasil, demonstrando a importância e necessidade da troca de informações para administrar o Império português.

Utilizando o trabalho de Francisco Carlos Cosentino, que analisa os regimentos – documentos que pontuam os deveres dos governadores- gerais – existentes no Estado do Brasil, Santos demonstra como eles já apontavam o dever que estes administradores possuíam de enviar notícias ao reino sobre o que acontecia na América portuguesa. O

regimento em vigor no período em que Francisco Barreto chegou à Bahia foi enviado com o governador-geral Mendonça Furtado, no ano de 1621. Dessa forma, Santos analisa como neste regimento (e nos seguintes) a obrigação de se mandar notícias a Portugal está bem detalhada. O documento é bastante específico quanto a isso como se vê no trecho a seguir:

*Das matérias de Estado de que me houverdes de dar conta tocantes a vossa obrigação me avisareis por via dos meus Secretários de Estado, que assistem nessa Cidade em a Corte e na Corte de Madrid, das Fazendas por via do meu Conselho dela das da Índia pelo do Desembargo do Paço e dos Eclesiásticos pela mesa da Consciência e Ordens e assim o cumprireis inteiramente tendo particular cuidado de dividir os negócios de maneira que não venham de lá encaminhados de diferente modo de que neste Capítulo se vos avisa.<sup>3</sup>*

Se o rei, através de suas secretarias, administrava o Império na chamada *cadeia de papel* de que trata John Elliott (ELLIOTT, 1997), não poderia ser diferente no interior de uma possessão de território tão extenso quanto o Estado do Brasil. Dessa forma, os governadores-gerais se utilizavam das correspondências para ter notícias, nomear oficiais, dar ordens e mesmo cumprimentar os demais vassallos nos mais variados cargos sejam estes administrativos, de justiça, de defesa ou religiosos. Mesmo o regimento não tratando da comunicação *interna* ao Estado do Brasil, as cartas eram o único meio de os governadores-gerais terem notícias de capitânicas distantes, e mesmo das próximas à Bahia, já que o regimento especificava que este governador não deveria deixar seu posto em nenhuma hipótese <sup>4</sup>.

Francisco Barreto não fugiu a regra. Os pedidos de notícias eram tema recorrente em sua correspondência. Assim que chegou ao governo-geral da Bahia, ele escreveu ao então capitão-mor da capitania de São Vicente para que este lhe mandasse notícias, em tom de cobrança: “enquanto não tenha aviso de VM sobre as matérias que nessa Capitania se oferecerem de que seja necessário pedir-se resolução alguma (...)”, e

---

<sup>3</sup> Regimento dado a Diogo de Mendonça Furtado – APEB, S.C. estante 1, caixa 146, livro 264, p. 114 Apud. SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. Cit.* p. 49-50.

<sup>4</sup> Francisco Barreto escreve ao rei no ano de 1658 sobre suas desavenças com André Vidal de Negreiros e afirma que gostaria de ter ido pessoalmente a Pernambuco: “*se esse Regimento que aqui achei me não proibira sair desta praça sem ordem de Vossa Majestade*, sem duvida fora ensinar André Vidal todas as obrigações a que faltava, o trouxera preso a esta praça”. Carta para Sua Magestade acerca dos procedimentos de André Vidal de Negreiros, no Governo de Pernambuco. Bahia, 21 de Fevereiro de 1658. *Documentos Históricos*. Volume 4. Correspondência dos Governadores-Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto (1648-1672). Rio de Janeiro, Augusto Porto & Cia., Praça dos Governadores n° 6, 1928. p. 326-331. *Itálico nosso*.

continua, agora tratando do provimento de ofícios da capitania, para que seja feito “com o acerto que convém e *por falta de notícias* se poderem dar a pessoas que o não sirvam com a satisfação devida”<sup>5</sup>. O governador-geral, dessa forma, deixou claro a obrigação que este capitão-mor possuía de lhe escrever sobre o que acontecia na capitania de São Vicente, afirmando que a falta de notícias poderia comprometer o bom serviço à Coroa portuguesa.

No mesmo mês ainda, Barreto escreveu ao mestre de campo<sup>6</sup> de Pernambuco João Fernandes Vieira dizendo que com o correio daquele dia não havia chegado carta dele, e que o governador-geral aguardava ansioso por notícias daquela capitania:

*Aqui me chegaram de ficar V.m nesse Recife, e enfermo, eu o inferi assim de não ter carta sua com este correio. E sinto tanto a falta dela, como a causa de que procedeu não lograr esse favor. V.m me faça de me enviar mui boas novas suas; porque sempre as estimei como devia; hoje que fico com o cuidado de V.m a não ter como desejo (serão se forem as que espero de sua melhoria) as que me podem dar maior gosto. E depois deste o terei grande se V.m me deixar merecer em seu serviço as ocasiões que sempre nele procurei sejam maiores.*<sup>7</sup>

Não só preocupação com a saúde do governador, que é conhecido de Francisco Barreto já que ambos lutaram contra os holandeses em Pernambuco, o governador-geral perguntou pela carta de Vieira quando o correio chegou – embora não se saiba como funcionava este correio, fato é que cartas de diversas capitanias chegavam a Bahia de alguma forma: seja através de particulares, seja através dos navios<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Carta para o Capitão-mor da Capitania de São Vicente Manuel de Souza da Silva. Bahia, 3 de julho de 1657. *Documentos Históricos*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Augusto Porto & Cia., Praça dos Governadores nº 6, 1928. p. 393. Itálico nosso.

<sup>6</sup> Apesar de nessa carta Francisco Barreto se referir a João Fernandes Vieira como governador, nas demais ele o chama de mestre de campo e trata André Vidal de Negreiros como governador. Pensamos ser apenas um erro de Barreto.

<sup>7</sup> Carta para o governador João Fernandes Vieira. Bahia, 24 de julho de 1657. *Documentos Históricos*. Vol. 4.... p. 15. Itálico nosso.

<sup>8</sup> Marília Nogueira utiliza o trabalho de Gabriel Frazão para tentar entender como se dava a comunicação interna na América portuguesa. A primeira menção a um ‘correio-mor’, segundo o autor, data do ano de 1653. Em outra carta, da década de 60, Frazão encontra uma descrição breve de como era o envio e distribuição destas cartas: “Segundo a Câmara, as cartas que vinham de Lisboa chegavam em um saco e logo depois eram pregadas nas janelas do palácio [do governador?] de onde as pessoas as recolhiam e isso se dava ‘sem dilação de listas e sem o encargo de pagar portes’. (...) Reclamava a Câmara também que o correio não cumpria a obrigação de remeter as cartas por terra”. Cf. FRAZÃO, Gabriel Almeida. *Da corte para a Bahia: a correspondência de Antônio Vieira e suas relações de sociabilidade*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005. *Apud*. SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. Cit.* p. 87.

O correio no interior da América portuguesa demanda estudos, tendo em vista que não foram encontrados trabalhos que tratem especificamente deste tema, mas as primeiras análises da correspondência podem apontar algumas características quanto a troca de informações entre o governo-geral e demais administradores. A correspondência escrita por Francisco Barreto (e a documentação produzida por ele) que será utilizada nesta pesquisa é extensa e demandará tempo para ser analisada.

A documentação que está sendo utilizada se encontra no Projeto Resgate (Coleção Luiza da Fonseca) e nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – são doze volumes em que documentos produzidos por este governador aparecem e são de diferentes modelos e títulos, como cartas, provisões e alvarás.

Mesmo que não tenhamos encontrado cartas pessoais de Francisco Barreto, a correspondência trocada entre ele e o Conselho Ultramarino, ou entre ele e os demais governadores/capitães do Estado do Brasil é fonte riquíssima para entender não só a própria administração do período, mas principalmente as impressões, as estratégias e ideias de um homem que, de filho bastardo nascido na Nova Espanha, assumiu o posto mais alto de uma possessão portuguesa em crescimento. Este administrador foi um grande prestador de serviços da Coroa portuguesa antes de ter sido governador-geral do Estado do Brasil, tendo lutado na guerra contra a Espanha durante a Restauração Portuguesa e ainda participado da expulsão dos holandeses em Pernambuco.

#### Alguns apontamentos: o afeto nas cartas administrativas

Assim que chegou a Bahia, Francisco Barreto precisou responder várias cartas que demonstravam interesse em sua viagem e saúde. Isso se explica porque, ao contrário da maioria dos governadores-gerais anteriores, Barreto já estava no Estado do Brasil e teve que prestar preito e menagem não diante do rei de Portugal, mas em cerimônia com o governador-geral Conde de Atouguia, representante do rei português em terras brasílicas antes dele<sup>9</sup>. Vindo de Pernambuco, já que era governador daquela

---

<sup>9</sup> Anexo a Carta Patente de Francisco Barreto está um Alvará e um Carta instruindo o governador-geral Conde de Atouguia a empossar Francisco Barreto naquele ofício. A Carta enviada ao Conde pelo rei diz que “Ihe haveis de tomar em meu nome o pleito menagem que houvera de fazer em minhas mãos (...)” In: Patente para o s<sup>or</sup> Mestre de Campo Gn.<sup>1</sup> Francisco Barretto ser Governador & Capitam G<sup>1</sup> deste Estado do Brazil. Carta Patentes. BN Seção de Manuscritos 1, 2, 5.

capitania antes de ser nomeado governador-geral<sup>10</sup>, Barreto respondeu em julho de 1657 nove cartas originárias de diferentes partes do Estado do Brasil, oito delas respondidas no dia 6 e uma no dia 24, que perguntavam sobre sua saúde e notícias de sua viagem. Ainda que não tenhamos as cartas enviadas a Barreto, a atenção dada ao governador-geral e o afeto de suas respostas são bastante interessantes para tratarmos das correspondências desse período.

Todas as respostas de Barreto tratam em primeiro lugar do clima. A preocupação com o calor daquela época do ano parece ter sido padrão nas cartas enviadas ao governador. A viagem, contudo, foi bastante tranqüila, como relata Barreto: “Bem creio que sentiria V. m. a jornada que eu podia trazer regulando-a pelas obrigações do tempo, mas ele faltou as suas por não faltar as do afeto de V.m. porque nem a chuva me deu moléstia, nem o sol calmas”.<sup>11</sup> Ao contrário do que se poderia esperar, Barreto não enviou cartas iguais aos oficiais que escreveram a ele. Todas as cartas, ainda que possuíssem o mesmo conteúdo ou seja, informações de que a viagem foi tranqüila e sobre o bom tempo, eram diferentes em sua abordagem, o que é percebido como um cuidado que Barreto teve em demonstrar certo caráter pessoal aos oficiais subordinados. Em outra resposta ele afirma que: “Se era grande o cuidado que V.m tinha de eu fazer a jornada em tempo de inverno não foi tão inclemente como a princípio mostrava; antes o achei tão moderado que o sol, e a chuva me fizeram grandes favores. Tão poderoso como isto foi o afeto de V.m pois se soube o tempo medir com ele”<sup>12</sup>. Nesta carta Barreto comparou o clima com o afeto do capitão João Mendonça, dizendo que o primeiro era tão bom quanto o segundo. Não só administradores escreveram cartas demonstrando preocupação com o novo governador-geral. O frei Cirillo Capuchino também teve uma carta respondida no mesmo dia 6 de julho, na qual Barreto afirmou que a boa viagem que realizou se deve às orações do dito frei. O governador escreve

---

<sup>10</sup> Mercê conseguida graças aos serviços prestados na expulsão dos holandeses do nordeste do Estado do Brasil anos antes. Há vasta bibliografia sobre este tema, como: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Tomo 3. 8ª edição. Melhoramentos, São Paulo, 1975; CALMON, Pedro. *Francisco Barreto. Restaurador de Pernambuco*. Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias. 1940. A monografia que apresentei na conclusão do bacharelado possui um capítulo dedicado às realizações de Barreto em serviço à Coroa Portuguesa. Ver: MENDES, Caroline Garcia. *“Ele só valia um exército”: Francisco Barreto, carreira, trajetória e governação*. Monografia de Bacharelado. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 2009.

<sup>11</sup> Carta para o mestre de Campo João Fernandes Vieira. Bahia, 6 de julho de 1657. *Documentos Históricos*. Vol. 4... p. 4.

<sup>12</sup> Carta para o capitão João Mendonça. Bahia, 6 de julho de 1657. *Documentos Históricos*. Vol. 4 ... p. 6.

que o bom tempo “são efeitos da virtude de V. P. V. P. se sirva encomendar-me a Nossa Senhora”<sup>13</sup>.

É visto ainda que além de responder quanto à viagem, Barreto deixou clara sua satisfação diante da preocupação destas pessoas: em todas as cartas isso é explícito, sendo que o governador afirmou estar à disposição para ajudá-los no que eles precisarem. Barreto escreveu ao mestre de campo João Fernandes Vieira na mesma carta já citada que “fico com muito boa saúde, e muito desejoso de que neste Governo se ofereça coisa em que possa servir a V. m. ou seja enquanto nesse se detiver, ou depois que se passar ao de Angola; porque sempre saberei merecer a V.m o gosto de me ocupar de toda a parte.”<sup>14</sup> Em carta ao capitão Alvaro de Azevedo Barreto, o governador demonstrou a mesma boa vontade ao dizer que: “segure-se V.m que sempre terei muito viva a de seu merecimento, porque por todos os caminhos que de mim poder depender a esperança de o ver logrado, experimentará V.m que lhe sei desejar grandes acrescentamentos”<sup>15</sup>.

A amizade entre os vassallos e essa demonstração de afeto na correspondência trocada entre eles não pode ser confundida, porém, com o sentimento de amizade e amor que entendemos atualmente. Ricardo de Oliveira discute muito bem as origens destes termos e o valor que eles assumiam naquele período em artigo intitulado *Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime* (OLIVEIRA, 2006: 97-120). Segundo Oliveira “buscava-se legitimar a amizade como componente essencial da própria vida social, na qual se constituía, enfim, a cultura política. (...) os afetos desempenhavam um papel de destaque enquanto instrumento normativo e ordenador” (*Ibidem*: 107). Dessa forma, Oliveira explica a importância dessas demonstrações de afeto e preocupação em uma sociedade marcada por relações clientelares em que a troca de favores era peça fundamental para se ascender hierarquicamente.

Essa relação de favores na sociedade portuguesa é denominada por Antonio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier como *economia do dom* (HESPANHA & XAVIER, 1993), na qual critérios como amizade e parentesco se misturam e coexistiam com relações de natureza institucional ou jurídica. A idéia de amizade, segundo os

---

<sup>13</sup> Carta para o padre Fr. Cirillo Capuchino. 6 de julho de 1657. *Documentos Históricos*. Vol. 4... p. 8.

<sup>14</sup> Carta para o mestre de Campo João Fernandes Vieira. *Idem*.

<sup>15</sup> Carta para o Capitão Alvaro de Azevedo Barreto. Bahia 6 de julho de 1657. *Documentos Históricos*. Vol. 4... p. 7.

autores, demonstraria uma relação desigual entre credor e devedor, na qual o primeiro mostra-se disponível e não exigente de algo imediato em troca de seu favor, enquanto o segundo subordina-se ao anterior e também se torna disponível, mas na prestação de novos serviços. O credor, porém, possivelmente é devedor de uma pessoa mais poderosa do que ele, uma situação denominada por Hespanha de *redes de interdependência*, que estão presentes durante o Antigo Regime e perduraram até a legislação pombalina. Essa rede de clientelas é instrumento na busca de mercês régias, sendo uma estrutura vertical e hierárquica que recorta a sociedade na tentativa de obtenção de benefícios.

Francisco Barreto demonstrava estar disponível ‘para o que for necessário’, quando responde às cartas de preocupação acerca de sua saúde, mas também pede favores em sua correspondência, como quando escreveu ao governador Francisco de Brito que “particular mercê me fará V.S de os querer nomear nas serventias daqueles ofícios; e deixar-me merecer esse novo empenho, de que *já me considero devedor*, nas ocasiões que desejo do serviço, e gosto de V.S.”<sup>16</sup> Mais do que isso, Barreto escreveu ao mesmo governador uma nova carta datada do mesmo dia em que, em meio a diversos elogios, afirma que “as ações que não chegaram ao pensamento dos que presumem desvelar-se nas do serviço de Sua Majestade acham exercício na realidade com que V.S as obra”<sup>17</sup>. As trocas de que trata Hespanha e as demonstrações de amizade que permeiam a cultura política do Antigo Regime são bastante presentes nas cartas escritas por Francisco Barreto.

As cartas enviadas a Salvador Correia de Sá e Benavides são interessantes para tratarmos desse tema. São 16 as cartas que encontramos, enviadas entre os anos de 1659 e 1662 ao então governador do Rio de Janeiro, que depois se tornou governador das Capitanias do Sul e, mais tarde, continua recebendo cartas de Barreto mesmo sem possuir nenhum ofício no Estado do Brasil. Salvador Correia é personagem conhecido do século XVII, sendo descendente de um dos primeiros governadores-gerais e membro de uma longa linhagem de prestadores de serviços a Coroa portuguesa.<sup>18</sup> Desde os anos

---

<sup>16</sup> Carta ao governador Francisco de Brito Freire acerca de João Dias Vianna. Bahia, 12 de abril de 1661. *Documentos Históricos*. Vol. 4 ... p. 29. Itálico nosso.

<sup>17</sup> Carta ao governador Francisco de Brito Freire. Bahia, 12 de abril de 1661. *Documentos Históricos*. Vol. 4 ... p. 28.

<sup>18</sup> Para maiores informações sobre Salvador Correia de Sá e Benavides: BOXER, Charles R. *Salvador de*

20 daquele século, Salvador se empenhou em defender o Estado do Brasil de invasores, procurar metais preciosos e administrar as possessões portuguesas no além-mar. No período de governo de Francisco Barreto, Salvador se tornou governador do Rio de Janeiro e, mais tarde, governador das Capitanias do Sul, não sem causar certa insatisfação no governador-geral, que viu seu poder diminuído.<sup>19</sup> As cartas de Barreto para Salvador Correia, contudo, são sempre extremamente cordiais e tratam dos mais variados assuntos, desde notícias de Portugal, passando por pedidos de favores ou simplesmente elogios ao administrador do Rio de Janeiro.

As primeiras cartas enviadas por Francisco Barreto a Salvador Correia quando este último assume como governador do Rio de Janeiro tratam do provimento de ofícios. A troca de favores e o “tom familiar e pilherio da correspondência trocada por ambos” (BOXER, 1973: 318) é recorrente nos documentos que encontramos. Em carta do dia 9 de abril de 1659, Barreto escreve a Salvador dizendo que colocou no ofício de capitão-mor da vila de Conceição o sobrinho do Bispo de Angola frei Matheus de São Francisco. Os moradores da dita vila, contudo, o expulsaram e Barreto pede a Salvador que coloque o sobrinho do bispo em qualquer outro ofício que vagar, “porque receberei nisso particular gosto, em razão da obrigação que tenho a seu tio, e maior confessarei ter a V.Sa. quando me ocupar nas ocasiões de seu serviço porque nelas saberei mostrar emprego bem seus favores”<sup>20</sup>. Com esta carta, Barreto demonstrou a proximidade entre ele e Salvador Correia, ao pedir que o governador do Rio de Janeiro colocasse o sobrinho do bispo (para o qual Barreto devia favores, como demonstra na carta) em algum ofício.

A proximidade entre os dois, contudo, vai além da mera troca de favores, que é situação recorrente naquela sociedade. Quando Salvador Correia consegue conter a

---

*Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Trad. De Olivério Pinto. São Paulo: Editora Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>19</sup> O trabalho de Boxer também trata da discussão envolvendo Barreto e Salvador: Francisco Barreto “(...) não deixou de mostrar-se algo despeitado quando Salvador apareceu para assumir suas novas responsabilidades, (...) Barreto e Salvador discordaram no tocante aos limites territoriais da nova Repartição do Sul, ponto que não deixavam muito claro os termos da patente e da comissão de que o último era portador.” In: BOXER, Charles R. *Op. Cit.* p. 318.

<sup>20</sup> Carta para Salvador Correa de Sá e Benavides Governador do Rio de Janeiro. Bahia, 9 de abril de 1659. *Documentos Históricos*. Volume 5. Ordens, Regimentos, Provisões, Alvarás, e Correspondência dos Governadores-Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto, Alexandre de Souza Freire, Conde de Óbidos (1650-1668). Rio de Janeiro: Augusto Porto. Praça dos Governadores no. 6, 1928. p. 106.

revolta que se instaurou na capitania do Rio de Janeiro no ano de 1661, Barreto não poupou elogios ao fidalgo:

*O certo é que só a grande resolução de V.Sa. unida a sua grande fortuna, pôde vencer todas as contribuições que repugnavam a execução do que obrou. (...) Tudo se deve ao juízo de V.Sa., a quem a fortuna oferece dissabores para lhe ocasionar triunfos. Desse dou a V.Sa. mil vezes o parabens, como quem mais afectuosamente o ama.*<sup>21</sup>

Mas mais do que isso, Barreto escreve ao fim de sua carta que “Manuel Barretto beija a mão ao Sr. João Correa, de quem é tão cativo, como eu me preso de o ser de V.Sa”<sup>22</sup>. Através da obra de Charles Boxer ficamos sabendo que João Correa é o segundo filho de Salvador Correia (BOXER, 1973: 319) e no testamento que Francisco Barreto escreveu antes de voltar a Portugal no ano de 1663 ele nomeia Manuel Barreto, seu primogênito, como sucessor de seu morgado (MELLO, 1976: 19). Dessa forma, Francisco Barreto tentava estender a relação dele com Salvador Correia para os filhos dos dois, demonstrando a submissão de Manuel ao filho de Salvador através do beija-mão. Segundo Raphael Bluteau, o beija mão seria um “confessar-se por escravo, ou vassalo daquele, a quem se faz a contesia. Beijar as mãos em frase cortesã é saudar”<sup>23</sup>.

Podemos perceber que a correspondência, além de reforçar as redes clientelares presentes no Antigo Regime ajudava na formação de novas relações. Um ritual de submissão, como o beija mão, dessa forma, é transposto para o papel, numa tentativa de contornar a distância que há entre os interessados. Em outra carta, Barreto agradecia inclusive o envio de doces: “Ao Sr. João Correa beija Manuel Barretto as mãos, e agradece o Regalo das marmeladas”<sup>24</sup>.

A correspondência servia para demonstrar preocupação, como vimos, com a viagem do novo governador-geral, bem como para este mesmo governador-geral fazer elogios e colocar-se a disposição de outro governador. Francisco Barreto, além disso, escreveu em nome do filho e o inseriu na relação de submissão que ele possuía com Salvador Correia.

---

<sup>21</sup> Carta para Salvador Corrêa de Sá e Benavides Governador das Capitanias do Sul, acerca do aviso que fez de se haver restituído ao Governo. *Documentos Históricas* Volume 5. ... p. 130.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulário... Tomo II p. 86.

<sup>24</sup> Carta para Salvador Corrêa de Sá e Benavides. 24 outubro 1661. *Documentos Históricas*. Volume 5 ... p. 140.

Ainda que no início da pesquisa, conseguimos demonstrar que a troca de cartas no interior do Estado do Brasil era fundamental não só para a administração deste território português, mas também para manter e construir relações que, se não fosse pelas cartas, se tornariam inviáveis, seja pela distância e mesmo pela dificuldade ou impossibilidade de viagens naquele período. Se nos dias de hoje contamos com diferentes meios para nos mantermos informados e demonstrarmos interesse/preocupação com outras pessoas, no período em estudo as cartas são a única forma de vencer distâncias tanto oceânicas como terrestres. Sem elas notícias, ordens e nomeações não seriam possíveis no interior de um império extenso como o português. Além das questões administrativas, porém, as cartas escritas em nome do governador geral Francisco Barreto, para subordinados ou não, apresentam interessante material para discutirmos as relações de amizade e as afinidades ou não entre os súditos portugueses daquele período.

#### Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

\_\_\_\_\_ (coord.) *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y El impreso*. Cuadernos de Historia Moderna Anejos. Publicaciones Universidad Complutense de Madrid. 2005.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Trad. De Olivério Pinto. São Paulo: Editora Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na Cultura Política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, tomo XI, 1999.

COSENTINO, Francisco Carlos C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI - XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

ELLIOTT, J. F. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHEL, Leslie. (org.) *História da América Latina Colonial*. Vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1997.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_ e XAVIER, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. In: MATTOSO José (dir), *História de Portugal*, vol. IV, Editora Estampa, 1993.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Testamento do General Francisco Barreto de Menezes*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes IPHAN/IMEC, 1976.

OLIVEIRA, Ricardo de. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. In: *Tempo*, vol.11 no. 21 Niterói Junho 2006. p. 97-120.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.